



## Inaugurada nova sede da Justiça Federal do ES

Há alguns meses, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Espírito Santo, Homero Junger Mafra pediu ao diretor do foro da Seção Judiciária do estado, juiz federal Ricarlos Almagro, que colocasse à disposição dos advogados uma máquina fotocopadora. “Com muita, mas muita dificuldade mesmo, foi possível instalar o equipamento pedido na garagem do

Em novembro de 2003, um outro prédio, no centro de Vitória, passou a comportar dois juzizados especiais federais, duas varas federais de execução fiscal, uma vara federal cível e uma vara federal criminal. Ainda em 2003, foi instalado o Núcleo Avançado dos Juzizados Especiais, para dar conta da crescente demanda dos JEFs do município, no prédio do Centro Integrado de Cidadania,

desembargadora federal Maria Helena Cisne, os desembargadores federais Liliane Roriz, Antonio Cruz Netto e José Ferreira Neves, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Manoel Alves Rabelo, o diretor do foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Alexandre Libonati, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Elcio Álvares, os juízes federais Adriana Rizzotto, Alexandre Miguel, Maria Claudia Allemand, Enara Pinto, Eloá Ferreira e Francisco de Assis Basílio de Moraes, o presidente da OAB/ES, Homero Mafra, o economista Guilherme Dias (ministro do Planejamento de 1999 a 2002) e o diretor geral do TRF2, Luiz Carlos Paixão.



*O presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, e o diretor do foro da JFES, juiz federal Ricarlos Almagro, descerram a placa*

prédio. Isso dá uma ideia do nível de saturação a que chegamos na nossa antiga instalação e, por outro lado, da importância deste marco na nossa história”, relatou Ricarlos Almagro durante a inauguração da nova sede da Justiça Federal capixaba, em Vitória, no dia 19 de novembro. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargador federal Paulo Espírito Santo.

Não foi só a questão do espaço físico que motivou a construção da nova sede, na Ilha de Monte Belo. O bem-estar dos usuários e a facilidade no acesso aos serviços do Judiciário Federal foram o leitmotiv do empreendimento, que garante a centralização da administração e de todas as varas e juzizados da capital do Espírito Santo. Até agora, elas estavam espalhadas em três endereços da cidade. Ocupando inicialmente um prédio no bairro Cidade Alta, a Seção Judiciária ganhou em 1994 um prédio anexo, para abrigar as cinco varas federais mais antigas.

no bairro de Itararé. Além disso, com a nova sede, será possível instalar no local um espaço cultural, nos moldes do Centro Cultural Justiça Federal, sediado no Rio de Janeiro, e um núcleo da Escola da Magistratura Regional Federal (Emarf).

A solenidade de inauguração contou com a presença de diversas autoridades. Entre elas, o corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, a diretora geral da Emarf,

O engenheiro Carlos Chaves Damásio, Diretor do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM), e o arquiteto Flávio Roitman, supervisor da Seção de Administração de Obras e Projetos do TRF2 (Seobra), responsáveis respectivamente pelo gerenciamento da obra e pelo projeto, foram destacados pelo cerimonial, juntamente com os juízes federais que atuaram na Direção do Foro no período compreendido entre a aquisição do terreno até hoje.

Também prestigiaram o evento a juíza federal aposentada Virgínia Procópio de Oliveira e Silva e a diretora da Secretaria Geral, Maria Cristina Natalli, bem como servidores das varas federais e da área administrativa da Seção Judiciária.

*A procuradora-chefe substituta Nadja Machado, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabelo, o vice-prefeito de Vitória, Tião Barbosa, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Elcio Álvares, o presidente da OAB/ES, Homero Mafra, e o presidente do TJES, desembargador Manoel Rabelo, estavam entre as autoridades que prestigiaram o evento*



## Infraestrutura para um Judiciário atuante

Em seu discurso, o desembargador federal Paulo Espírito Santo ressaltou a importância de assegurar à instituição as condições materiais adequadas para o desempenho de suas atribuições: “Não há liberdade sem democracia e não há democracia sem um Judiciário forte, que atue junto com o Ministério Público e com a advocacia para realizar o direito e solucionar os conflitos humanos. Porém, para que o Judiciário seja rápido e eficiente é necessária uma infraestrutura apropriada, como a que agora temos a felicidade de conferir aos cidadãos capixabas”. As palavras do presidente do TRF2 corroboraram a fala anterior, do advogado Homero Mafra: “É preciso que o povo tenha acesso à justiça e o Tribunal presenteia o povo do Espírito Santo com este edifício. Todos merecem o pão da justiça, que Mário Capelletto dizia ser o mais básico dos direitos humanos. Agradecemos em nome da cidadania capixaba”.

## Acessibilidade

A nova sede da Justiça Federal capixaba foi erguida com o cuidado de adotar padrões de acessibilidade, para facilitar a vida de pessoas com deficiência e necessidades especiais. De acordo com o diretor do Núcleo de Obras e Manutenção da Seção Judiciária do Espírito Santo, Carlos Chaves Damásio, “o térreo do prédio foi projetado para que ficasse no mesmo nível da calçada, sem necessidade de rampa para pessoas com problemas de locomoção. Além disso, o estacionamento dispõe de vagas para cadeirantes, com área de acesso sinalizada com zebra e espaço maior para manobra de seus usuários”.

A preocupação com cadeirantes e outras pessoas com deficiência também é notada no sistema de controle de acesso ao prédio e no de detecção de metais. Nos dois sistemas há passagem alternativa, mais larga, para esses usuários.

Nos elevadores, a sinalização em Braille e o avisador sonoro auxiliam os deficientes visuais. Há ainda sanitários adaptados em todos os pavimentos, balcões para atendimento sentado, nas varas e juizados, e rampas internas com corrimão baixo, para facilitar a circulação dos cadeirantes pelo prédio.

## Atendimento

O tempo do usuário na nova sede também foi otimizado. A consulta processual ali está localizada antes do controle de acesso, eliminando a necessidade de identificação. Ainda no térreo o usuário terá acesso ao posto bancário, à sala da OAB, a toda a estrutura do Núcleo de Distribuição – onde são protocoladas, sorteadas e digitalizadas as petições iniciais –, além da copiadora e do atendimento dos Juizados Especiais Federais.

Assessoria de Comunicação Social do TRF2 e e Seção de Comunicação Social da SJES

### Emarf promove 9º Encontro sobre Direito Tributário no dia 03

A Escola de Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf) realiza no dia 03 de dezembro, das 9 às 13 horas, o Fórum “Ciclo de Debates de Direito Tributário – 9º Encontro”, parte do Curso de Direito Tributário.

O evento **será aberto ao público e será transmitido por videoconferência** para o auditório da Justiça Federal do Espírito Santo (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória).

Magistrados federais devem se inscrever pelo módulo do CAE na internet. Servidores e demais interessados podem fazer suas inscrições pelo e-mail [nucleoemarf.es@jfes.jus.br](mailto:nucleoemarf.es@jfes.jus.br) ou telefone (27) 3183-5187.

### Sai o resultado parcial da prova para estágio no JEF e na TR/ES

A Seção Judiciária do Espírito Santo divulga o [resultado](#) parcial (com Gabarito) do processo seletivo para estágio em Vitória/ES (veja aqui). O concurso destina-se ao preenchimento de cadastro de reservas para estagiários do Juizado Especial Federal e Turma Recursal, de acordo com as normas do [edital](#).

O prazo para recurso é até as **17 horas do dia 30/11/10 (terça-feira)**, podendo ser enviado pelo e-mail: [estagio@jfes.jus.br](mailto:estagio@jfes.jus.br).

O resultado final, incluindo o resultado dos recursos, será divulgado na segunda-feira, **06 de dezembro**.



### Suspensos prazos processuais no Rio de Janeiro (TRF2 e SJRJ)

Estão suspensos os prazos processuais dos feitos judiciais em que são partes a Caixa Econômica Federal (CEF), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Fazenda Nacional e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)/Seccional do Rio de Janeiro, no período de 22 de novembro a 03 de dezembro de 2010, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região e na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

A suspensão foi feita pelo presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, por meio da Portaria Nº 725, de 18 de novembro de 2010, tendo em vista os mutirões de conciliação que vem sendo realizados no período.



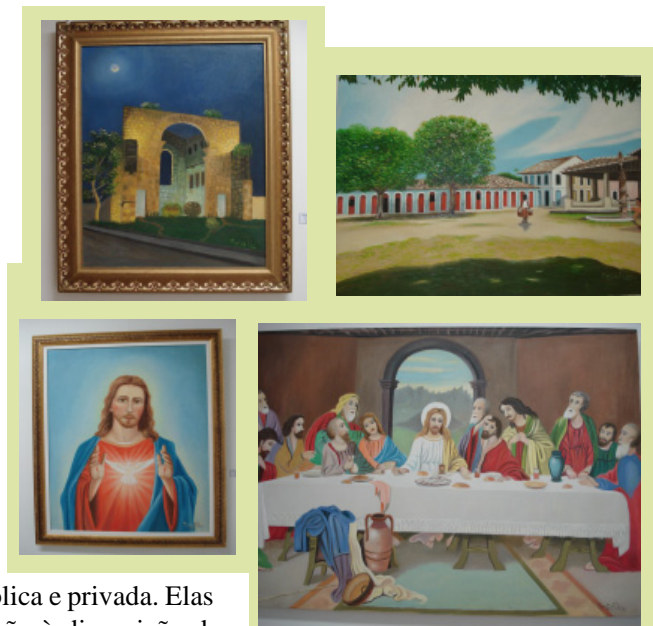
## Espaço de artes da Subseção de São Mateus recebe sua terceira exposição

“Variações no Realismo” é a exposição que o artista Marcos Lôbo está realizando no Espaço de Artes da Subseção de São Mateus. A mostra, que conta com 12 quadros em óleo sobre tela, estará aberta ao público até o próximo dia 3.

O artista plástico Marco Lôbo - nascido em Muniz Freire, porém mateense de coração - tem como principal inspiração as paisagens da cidade de São Mateus do início do século XX, mas a exposição conta ainda com quadros de natureza-morta e telas inspiradas em aspectos religiosos, como a Santa Ceia. Os quadros estão à venda e custam entre R\$ 250,00 e R\$ 800,00. Colaboração: Ana Cláudia Vianna (Seadm/SM)

## Justiça Federal vai adotar boas práticas do Prêmio Innovare

Uma reforma silenciosa está acontecendo na Justiça. São mais de duas mil práticas de gestão - de sucesso reconhecido -, implantadas nas diversas esferas do Judiciário, Ministério Público, e advocacias pública e privada. Elas fazem parte do banco de dados do Instituto Prêmio Innovare e, estarão à disposição da Justiça Federal para adoção gradual e sistematizada nas unidades nas quais puderem ser aplicadas. Este é um dos objetivos do acordo de cooperação técnica que o presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, e o presidente do Conselho Superior do Prêmio Innovare, Márcio Thomaz Bastos, assinaram na manhã desta quinta-feira (25) na sede do CJF, em Brasília. (...) Assessoria de Comunicação Social do CJF (Veja mais no [www.jf.jus.br](http://www.jf.jus.br))



## Candidatos aprovados fora de vagas têm direito a nomeação em caso de necessidade do Tribunal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em julgamento realizado nesta terça-feira (23/11), adotou um novo entendimento em relação à nomeação de servidores aprovados em concurso público para o Judiciário. Em voto relatado pelo conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá, o plenário do CNJ firmou entendimento no sentido de reconhecer direito subjetivo à nomeação aos candidatos aprovados fora do número de vagas quando o Tribunal manifesta, por ato inequívoco, a necessidade do preenchimento de novas vagas. (...) Hylida Cavalcanti - Agência CNJ de Notícias - (Veja mais no [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br))

## Duzentos processos de repercussão social serão acompanhados pela corregedoria

A Corregedoria Nacional de Justiça lançou em 23/11, durante a sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o programa Justiça Plena, que vai monitorar o andamento de processos de grande repercussão social que estão com o andamento paralisado no Judiciário Brasileiro.

De acordo com a ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça, o programa consiste no apoio administrativo na gestão desses processos, e serão acompanhados 200 casos, sendo 100 no primeiro ano e a outra metade no segundo ano. Foram incluídos processos criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais. (...) Luiza de Carvalho - Agência CNJ de Notícias (Veja mais no [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br))

## TRF2 determina que “A Voz do Brasil” seja veiculada às 19h

A 6ª Turma Especializada do TRF2 negou o pedido das empresas Rádio Globo S/A, Rádio Globo Eldorado Ltda e Rádio Mundial S/A, que pretendiam impedir a União de multá-las por não transmitirem o programa radiofônico “A Voz do Brasil” no horário das 19 às 20h. De acordo com a decisão do Tribunal, as emissoras de rádio não podem eximir-se da obrigatoriedade de retransmitir o programa no horário previsto na Lei 4.117/62 (que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações).

A sentença do TRF2 se deu em resposta a apelação cível apresentada pela União contra decisão do juízo da 10ª Vara Federal do Rio, que havia julgado procedente o pedido das emissoras para que o horário de transmissão do programa pudesse ser flexibilizado. O relator do caso no TRF2 é o desembargador federal Frederico Gueiros. Assessoria de Comunicação Social do TRF2 (Veja mais no [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br))

## Programas de TV do CPJUS/CJF estão disponíveis para acesso no YouTube

Você conhece os programas Via Legal e Momento Ambiental? As duas produções de TV são resultado do trabalho da equipe do Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS), coordenado pelo Conselho da Justiça Federal e composto pelos cinco tribunais regionais federais e respectivas seccionais. Os programas podem ser assistidos também pela internet, no You Tube, cujas páginas são atualizadas a cada edição. (...) Assessoria de Comunicação Social do CJF (Veja mais no [www.jf.jus.br](http://www.jf.jus.br))